



## **PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO PARA OS/AS CANDIDATOS/AS AO GOVERNO DO ESTADO E AOS CARGOS DE DEPUTADAS/OS ESTADUAIS E FEDERAIS NAS ELEIÇÕES 2018**

O estado do Rio de Janeiro conta com uma agricultura familiar expressiva e numerosa, embora esta realidade seja invisibilizada pela mídia corporativa e nos debates públicos sobre os caminhos para o desenvolvimento de nosso estado. Agricultoras e agricultores nas áreas urbanas são ainda mais invisibilizados por um projeto de cidade que não compreende as ruralidades. Esta agricultura ocupa áreas pequenas e produz grande diversidade de alimentos, flores, plantas medicinais e artesanatos, e carrega uma grande riqueza de culturas e identidades: quilombolas, caiçaras, pescadoras/es artesanais, assentados/as da reforma agrária, indígenas, agricultoras/es urbanos, camponesas/es.

Este contingente da população fluminense tem grande potencial para contribuir de forma muito mais significativa do que hoje para o enfrentamento da pobreza, a geração de trabalho e renda, a conservação ambiental e a promoção da segurança alimentar e nutricional do conjunto da população de nosso estado, caso haja apoio efetivo de políticas públicas.

O Rio de Janeiro importa a maior parte dos alimentos que consome, fruto da ausência de políticas de apoio à agricultura no estado, o que fez com que a área plantada com lavouras diminuísse de 392.543 hectares (ha) em 1990 para 189.820 ha em 2017. Em alguns casos a produção de alimentos praticamente desapareceu, como é o caso do arroz, cuja área plantada caiu de 23.390 ha em 1990 para 251 ha em 2016. Também no caso do feijão a redução foi drástica, caindo de 15.601 ha em 1990 para 1.720 ha em 2016. Já os empregos no campo fluminense que já foram da ordem de 321.912 em 1985, em 2017 estavam reduzidos a 160.478.

Este quadro coloca a população em risco de insegurança alimentar, já que o custo dos combustíveis fósseis só tende a subir no futuro, aumentando o custo do frete. Além disso, as estatísticas são alarmantes e os efeitos na população da má alimentação são visíveis. Há consumo excessivo de refrigerantes, açúcares e gorduras, incluindo óleo de soja transgênica, e de ultraprocessados com grande quantidade de aditivos químicos, ao mesmo tempo em que é reduzido o consumo de frutas, legumes e verduras. É possível mudar esta situação, e para tal o Estado tem papel fundamental.

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) existe desde 2006 e reúne milhares de agricultores e agricultoras portadores de experiências em agroecologia no campo e na cidade. A AARJ é composta por coletivos e organizações de base, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizações da sociedade civil, professores, pesquisadores, estudantes e consumidores. Conta com 2 a parceria de gestores públicos atuantes nos diversos níveis de governo e em muitas instituições. O IV Encontro Estadual de Agroecologia, realizado em Paraty em outubro de 2017, reuniu 400 pessoas e evidenciou o fortalecimento da agroecologia no Rio

de Janeiro, a multiplicação das feiras da roça, da agricultura familiar, agroecológicas e orgânicas, e de grupos de consumo, em todas as regiões do estado. Nosso encontro deixou evidente também o aumento e diversificação da demanda e da oferta de alimentos de qualidade produzidos sem agrotóxicos e sem transgênicos, bem como o crescimento de iniciativas voltadas à promoção da alimentação saudável, com conservação das áreas verdes, da fauna e proteção das fontes de água.

Apesar destes avanços, o apoio das instituições e das políticas públicas é muito incipiente. Por vezes, a falta de compromisso dos gestores públicos com a agricultura, a segurança alimentar e o bem estar da população chega a absurdos inaceitáveis, como é o caso das tentativas de privatização da CEDAE e do recente veto do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada na câmara de vereadores com apenas 2 votos contrários.

Com grande esperança que a população do Rio de Janeiro eleja candidatas/os comprometidos com o fortalecimento do Estado social, e não com interesses corporativos, e por termos a certeza da importância da agricultura familiar, da pesca artesanal e da agricultura urbana para o desenvolvimento de nosso estado e da urgência de ampliar e democratizar este debate na sociedade para que possamos enfrentar os graves desafios de nosso tempo, apresentamos a nossa agenda política às candidatas e aos candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro e aos cargos de deputadas/as estaduais e federais.

- Contra a privatização e em defesa da CEDAE pública.
- Aprovação e efetivação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e a criação de uma Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica ligada ao gabinete da/o governador/a. Defendemos que a política estadual é necessariamente intersetorial, não se trata somente de política agrícola.
- Garantia de participação efetiva das mulheres agricultoras na construção e execução de políticas públicas que garantam sua permanência nos territórios e preservação dos saberes tradicionais.
- Criação de um Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos, com foco especial nas regiões serrana e noroeste. É possível criar um programa que coloque o Estado a serviço dos agricultores e agricultoras que produzem alimentos, mas que hoje, em função da ausência de políticas públicas, ficam reféns de vendedores de agrotóxicos.
- Criação de um Polo de Produção Orgânica de Hortaliças na Região Serrana.
- Criação de um Programa Estadual de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão, com prioridade para a região Norte Fluminense.
- Efetivação da política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com princípios agroecológicos e metodologias participativas, envolvendo órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. A EMATER, o ITERJ e a FIPERJ devem ser fortalecidos com novos concursos públicos e programas de incentivo aos profissionais dos escritórios locais. O governo estadual

deve editar chamadas públicas e contratar organizações da sociedade civil para prestar assessoria técnica a pelo menos 5.000 famílias por ano.

- Reabertura das Escolas do Campo fechadas nos últimos 15 anos (entre 2007 e 2013 foram fechadas 147 escolas no campo) e reestruturação das escolas existentes que se encontram em condições precárias, e efetivação de projetos político-pedagógicos contextualizados na realidade da agricultura familiar e com base nos princípios da agroecologia.
- Criação de um fórum estadual de diálogos entre governo e sociedade civil sobre Educação do Campo.
- Efetivação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da rede estadual, com o compromisso de aquisição de no mínimo 50% de alimentos diretamente da agricultura familiar do Rio de Janeiro, com prioridade para a compra de alimentos agroecológicos com acréscimo de 30% nos preços.
- Publicação de editais da FAPERJ de apoio à pesquisa em agricultura familiar, pesca artesanal e agroecologia no Rio de Janeiro, com destinação de R\$ 8 milhões por ano.
- Criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual, com destinação de R\$ 20 milhões por ano. Este programa deve destinar os alimentos adquiridos pelo Estado a populações vulneráveis ao risco de fome e de insegurança alimentar e nutricional.
- Criação de um prêmio destinado às prefeituras municipais e às organizações da sociedade civil para dar visibilidade às melhores experiências de apoio à agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia, agroindústria artesanal, economia solidária e gestão de resíduos desenvolvidas nos municípios fluminenses.
- Reestruturação e fortalecimento dos órgãos e equipamentos públicos estaduais (Iterj, Pesagro, Emater, Fiperj, Ceasas, Restaurantes Populares) para o estabelecimento de um Sistema Público de apoio à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária, às comunidades tradicionais, à pesca artesanal e promoção da segurança alimentar e nutricional. Este sistema deve contar também com instituições públicas federais presentes em território fluminense e incluir, entre outros componentes, a criação de novos assentamentos de reforma agrária pelo ITERJ, além da revitalização daqueles criados em décadas anteriores e hoje praticamente abandonados, o apoio aos bancos de sementes nas 4 instituições públicas, a destinação de espaços públicos nas centrais de abastecimento para as organizações da agricultura familiar, a criação de pontos de apoio em agroecologia e alternativas aos agrotóxicos nas CEASAs e em outros equipamentos públicos, a ampliação dos restaurantes populares e a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar para o seu abastecimento, a estruturação de bancos de alimentos e o incentivo à regularização sanitária dos empreendimentos da agricultura familiar. Criação de um fundo público de apoio a projetos de transição agroecológica para agricultura familiar.
- Criação de uma Campanha de Valorização da Produção Agroecológica da Agricultura Fluminense e das Feiras Locais.

- Criação de uma política de redução de tarifas de energia elétrica para agroindústrias artesanais e comunitárias e entrepostos de comercialização de pescado, bem como a criação de outros instrumentos de fomento.
- Desconto nas taxas de abastecimento de água para iniciativas de agricultura urbana e periurbana.
- Criação de um Programa Estadual de Pontos de Cultura em Agroecologia e Economia Solidária, com prioridade para projetos que envolvam escolas públicas estaduais e municipais e suas cozinhas e atuem no resgate das manifestações culturais e artísticas do território fluminense e das sementes e culturas alimentares tradicionais. Este programa deve destinar R\$ 20 milhões por ano para apoio a projetos de organizações da sociedade civil.

**Rio de Janeiro, julho de 2018**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do CPF \_\_\_\_\_, candidata/o a  
\_\_\_\_\_ pelo partido \_\_\_\_\_, recebi  
este documento em \_\_\_\_\_ e assumo o compromisso de, caso eleita/o, trabalhar  
para efetivar as propostas nele contidas, bem como me comprometo a receber em audiência  
pública representantes da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro para tratar desta  
agenda.

Município:

Data:

Assinatura da/o candidata/o:

Ao assinar essa carta, o candidato deve escaneá-la e enviá-la para o email:  
[agroecologiario@hotmail.com](mailto:agroecologiario@hotmail.com)

Os/As candidatos/as que firmarem o compromisso com as propostas da AARJ serão  
convidados/as para um debate público sobre o tema da agricultura familiar e agroecologia, a ser  
realizado provavelmente no dia 21 de setembro de 2018.